

CONSELHO CONSULTIVO PARA O TRIÊNIO 2017/2020

Tratar a violência é prioridade

JUSTIÇA A Comarca apresenta um desempenho acima da média e pugna pela proximidade dos cidadãos.

Lídia Barata
lidia.barata@reconquista.pt

Reuniu segunda-feira, dia 15 de janeiro, o Conselho Consultivo da Comarca de Castelo Branco, órgão a que compete dar parecer sobre os planos anuais e plurianuais de atividades e relatórios de atividades; sobre os regulamentos internos da Comarca; sobre questões administrativas e de organização e funcionamento da comarca da competência do juiz presidente; necessidades de recursos humanos do Tribunal e Ministério Público e sobre o orçamento, dele dando conhecimento ao Conselho Superior da Magistratura, ao Conselho Superior do Ministério Público, ao Ministério da Justiça e à Ordem dos Advogados. Pode ainda pronunciar-se sobre a evolução da resposta do Tribunal às solicitações e expectativas da comunidade; a existência e manutenção de condições de acessibilidade e qualidade dos espaços e serviços; a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos aos respetivos serviços; a resolução de problemas de serviço suscitados pelos

representantes das profissões judiciais ou apresentados por qualquer um dos seus membros, estudando-os e apresentando propostas ao presidente do tribunal; e reclamações ou queixas recebidas do público sobre a organização e funcionamento em geral do tribunal de comarca ou de algum dos seus serviços, bem como sobre o funcionamento do regime de acesso ao direito, estudando-as e apresentando ao presidente do tribunal, ao magistrado coordenador do Ministério Público, ao diretor-geral da Administração da Justiça e ao representante da Ordem dos Advogados sugestões ou propostas destinadas a superar deficiências e a fomentar o seu aperfeiçoamento. Compete-lhe ainda pronunciar-se sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo presidente do Tribunal.

O crime de violência doméstica e sua incidência no distrito foi um dos temas da ordem de trabalhos desta primeira reunião. Um tema pertinente e que, segundo o juiz presidente, deve começar a ser tratado desde cedo, nas escolas. Nesse sentido

esteve presente a Escola Básica e Secundária José Silvestre Ribeiro, de Idanha-a-Nova, mas "o objetivo é alargar esta ligação a todo o distrito". Porque, "é importante afinar estratégias com os espaços escolares e o seu relacionamento com os tribunais, nomeadamente nas áreas do direito dos jovens e violência escolar", porque "muitas vezes as escolas nem comunicam os casos de violência que têm". Por outro lado, "se o Tribunal trata pais que batem no cônjuge, é preciso ter em conta os filhos, porque se não se fizer nada, e em casa vejam o pai a bater na mãe e nada acontece, será aquela a sua referência, pelo que é preciso explicar desde cedo que essa não é a normalidade". José Avelino Gonçalves, revela que está a ser feito um levantamento a nível da Comarca, no sentido de identificar o perfil do arguido de violência doméstica, o tipo de famílias afetadas, se há prisões preventivas ou não, mas também avança que, "felizmente, não temos tido mortes e os casos que temos tido, além de rápidos a ser seguidos, os arguidos ficam com vigilância eletrónica e



tem funcionado bem". Nesta sessão foi ainda assinado um protocolo com a Universidade da Beira Interior, no sentido desta academia, à semelhança do que já acontece com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, dar apoio em áreas como o urbanismo, à engenharia civil, à psicologia ou até à medicina, "onde o Tribunal tem dificuldade e a academia pode disponibilizar os seus técnicos, ao mesmo tempo que o Tribunal se abre para estágios e disponibiliza magistrados para conferências ou eventos que entendam". Em termos de objetivos processuais do Tribunal da Comarca de Castelo Branco, e depois de dar cumprimento às metas fixadas para o triénio 2015 a 2018, em que foi implementado o novo modelo de Gestão e Organização dos Tribunais. Na sequência do trabalho realizado, é proposto para o ano judicial 2018 a redução ou não aumento da pendência dos processos em Tribunal, o que vai depender do número de processos entrados, os recursos humanos disponíveis e as demais circunstâncias de cada secção.

Outra das propostas é a fixação de dilação máxima em termos de agendamento das diligências, sendo neste caso urgente a instalação do gabinete de apoio ao magistrado. A simplificação/agilização de procedimentos/desmaterialização dos processos é outra das propostas para este ano judicial, tal como a deslocalização de julgamentos/uso de meios de inquirição de intervenientes processuais à distância, ou seja, promover o uso da videoconferência que já está instalada em todos os municípios da área da Comarca. No lote das propostas está também a continuidade de abertura do Tribunal e da Justiça à comunidade e à cultura, com os estágios formativos em contexto de trabalho, com os julgamentos simulados ou concertos e outras manifestações culturais no espaço do Tribunal. Mas destes objetivos fazem também parte continuar a dar conta das verbas atribuídas e entidades beneficiárias, no âmbito das injunções, e implementar o Tribunal + na Comarca. Para o Conselho Consultivo foram eleitos José Avelino Gonçalves, juiz presidente

do Tribunal Judicial de Castelo Branco, João Ramos, magistrado coordenador do Ministério Público, Maria de Lurdes Rocha, administradora judiciária, João Mateus, representante dos juizes da Comarca (eleito pelos seus pares), José António Cerdeira, representante dos magistrados do Ministério Público da Comarca (eleito pelos seus pares), Luís Almeida, representante dos oficiais de justiça em exercício de funções na comarca (eleito pelos seus pares), Vítor Nabais, representante da Ordem dos Advogados, com escritório na Comarca, Graça Farinha, representante da Câmara dos Solicitadores, com escritório na Comarca, Paulo Fernandes e João Lobo, representantes dos municípios integrados na Comarca, António Fidalgo, representante para a área da educação, da Universidade da Beira Interior, Luís Garra, representante para a área laboral e económica, da União de Sindicatos de Castelo Branco/CGTP-IN, António Vieira Pires, representante para a área da saúde, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco.

Dr. António Melo

Médico Oftalmologista

EDIFÍCIO JOVAL: Av. 1º de Maio, 42 Esct. n.º 4 - 1º Andar
Tel.: 963 922 858 CASTELO BRANCO

CONSULTAS AOS SÁBADOS

Dra. Assunção Vaz Patto

Neurologia / Neurofisiologia
Professora Auxiliar da FCS/UBI

Electromiografia / EEG e potenciais evocados:
Centro Médico de Castelo Branco, Quinta da Milhã,
tl: 272 348 860

Consultorio: rua Comendador Campos Melo,
Covilhã, TI 275334876

REUMATOLOGISTA Dr^a. Margarida Oliveira

Médica Especialista pelos HUC

NEUROTEAM - R. Poeta João Roiz 12 - 1.º C
Telef. 926764665; 272 323443 CASTELO BRANCO



CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA
INSTITUTO MICROCIRURGIA OCULAR

MÉDICOS OFTALMOLOGISTAS
João Moreira | Sérgio Brito

• Cataratas • Diabetes
• Glaucoma • Retina e Vítreo

• Laser Fotocoagulador • Angiografia
• Laser Fotodisruptor • Ecografia
• Tomografia de coerência • Perimetria computadorizada

Rua da Quinta Nova, Nº 5 - 6000-270 Castelo Branco - Tel: 272 348 520

www.cobioftalmologia.pt

